

AGTU – THE GLOBAL UNIVERSITY

ESTUDO DE CASO: TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA),

AUTOR: JOSÉ GOMES DE SOUZA NETO

Uma Escola de Ensino Médio da periferia de uma grande cidade brasileira prepara-se para atender 10 alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), diagnosticados com nível 01 no próximo ano letivo. Esse processo de preparação deu-se a partir das inquietações e apreensões demonstradas pelos professores que em sua maioria não possuíam qualificações para atender adequadamente às necessidades desses alunos. A partir desse desconhecimento sobre estratégias de ensino adaptadas e o receio de não conseguir estabelecer uma comunicação eficaz e promover a integração social desses estudantes, a gestão escolar, em parceria com duas docentes da área da educação especial que atuam na escola, propuseram na escola, de forma independente suporte especializados aos seus educadores, a fim de garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com TEA, recebam a educação inclusiva e de qualidade que merecem. Assim, foram ofertadas formações internas versando sobre os conceitos, as características e as possíveis estratégias a serem adotadas nos processos de ensino e avaliação.

Tais ações tiveram como objetivo identificar as necessidades específicas dos alunos com TEA nível 01; avaliar as melhores práticas educacionais para a inclusão desses alunos no ambiente escolar; desenvolver estratégias e recursos para apoiar o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos com TEA nível 01 e implementar medidas de apoio para promover a integração social e emocional dos alunos com TEA nível 01.

O levantamento bibliográfico estribou-se de produções que focam nas conceituações autísticas, bem como na indicação de intervenção pedagógica viável e na importância da formação continuada para o andamento do processo de ensino inclusivo.

Neste viés, considerando que conforme o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento, segundo o DSM-V, o Transtorno do

Espectro Autista (TEA) é classificado como um distúrbio neurológico do desenvolvimento, caracterizado por desafios significativos na comunicação e interação social, além da manifestação de padrões de comportamento repetitivos e/ou restritos, o nível 1 ou “requer suporte”, é caracterizado por dificuldades sociais e de comunicação que são perceptíveis para outras pessoas, mas que não interferem significativamente no funcionamento diário da pessoa autista. As pessoas nesse nível podem ter dificuldade em iniciar e manter conversas, interpretar pistas sociais e fazer amigos, mas conseguem levar uma vida relativamente independente.

Por ser considerado leve, equivocadamente é confundido com outros comportamentos como: timidez, falta de atenção ou excentricidade, e que não precisa de apoio terapêutico. No entanto, todos os níveis de TEA necessitam de intervenção terapêutica e apoio (DSM-5). Geralmente o autista nesse nível apresenta sintomas sutis que não interfere muito em sua vivência escolar, no trabalho e em outras relações. Ainda assim, é preciso considerar que em um mesmo nível, os sinais tendem a variar de pessoa para pessoa, fato que indica a intervenção pedagógica individual.

Por outro lado, independentemente das particularidades de cada sujeito, é sabido que a educação é um dos principais elementos que auxiliam na sua construção, tanto nos aspectos individuais, quanto para a vida em sociedade. Neste viés, Riviéri (2004) foi trazido para o estudo, posto que concebe que “a educação converteu-se no tratamento principal para o autismo” (Riviéri, 2004, p. 274) e que, portanto, a escola possui papel fundamental para o progresso pessoal e social dos indivíduos, permitindo que os alunos autistas enfrentem desafios, desenvolvam habilidades diversas, e consequentemente tenham uma vida com mais autonomia e qualidade.

Somado a estes, foram consideradas também diretrizes e políticas educacionais brasileiras relacionadas à inclusão de alunos com autistas, tais como a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/15 e a Lei Berenice Piana, nº 12.764/12, pelas arguições tecidas em torno do direito à educação destes sujeitos. Por outro lado, o uso destas legislações fez-se necessário também em função de garantir a validade e a confiabilidade do estudo, permitindo a triangulação de dados entre a realidade narrada, os estudos bibliográficos e as proposições legais.

No tocante a coleta de dados, o estudo foi realizado a partir da combinação de métodos, incluindo levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais da educação especial, observação direta do ambiente escolar. O levantamento

bibliográfico envolve um conjunto de materiais elaborados, que “[...] permitem ao pesquisador partir do conhecimento já existente [...] dos conceitos bem trabalhados que viabilizem sua operacionalização no campo das hipóteses formuladas” (Minayo, 2010, p. 61).

Por sua vez, a realização de entrevistas semiestruturadas permite ao pesquisador “[...] construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (Minayo, 2010, p. 64), portanto, foram desenvolvidos questionários e roteiros de entrevista específicos para capturar informações relevantes sobre as necessidades dos alunos, as práticas atuais da escola e as percepções dos professores e funcionários.

E a observação de acordo com Bodgan e Biklen (1994) trata-se do “momento que o investigador entra no mundo do sujeito, registrando o que vai acontecendo ao mesmo tempo em que recolhe outros dados descritivos” (Bodgan e Biklen, 1994, p.113).

Outrossim, na etapa de sistematização e análise dos dados da pesquisa adotou-se a Análise do Conteúdo, por meio da técnica de categorização temática que trata-se de “uma operação de classificação de elementos, um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2010, p. 145), afim de identificar a partir da fala dos entrevistados, elementos de ordem proporcionais os quais, após o processo de agrupamento por áreas, foram efetivados como categorias temáticas que direcionaram a proposição dos resultados.

Assim, com base nos dados coletados e na revisão da literatura, concluiu-se que O coletivo de docentes da educação especial vem realizando formações internas a comunidade escolar no sentido de alargar o conhecimento destes sobre as principais necessidades dos alunos com TEA nível 01, incluindo apoio na comunicação, organização sensorial, estruturação do ambiente e compreensão social, sinalizando assim para a importância de adaptar o currículo e as atividades para atender às necessidades individuais de cada aluno, adotando o Plano de Ensino Individualizado.

Somado a isto, viu-se que as formações tocam também na perspectiva da utilização de rotinas previsíveis, estratégias de comunicação alternativa e

recursos visuais, ambas centradas no aluno e na colaboração entre professores, equipe escolar e familiares.

Contudo, enquanto lacuna, percebe-se que a escola ainda não viabilizou um programa de apoio multidisciplinar que possa oferecer suporte especializado para os alunos e suas famílias. E além disso, a escola ainda não se articulou junto às Secretarias Municipal e Estadual para o provimento de contratação de mediadores pedagógicos, habilitados para a intervenção com TEA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2014). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5a ed. Porto Alegre: Artmed.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

BODGAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara B.dos Santos e Telma M. Baptista. Porto:

Bosa, C. A. & Callias, M. (2000). Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 13, 167 - 177.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. (Acessado em 18 Fev 2023).

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. (Acessado em 18 Fev 2023).

MINAYO, Marília Cecília de Souza. **Trabalho de campo:** contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, Suely Ferreira de; GOMES, Romeu; MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61-77.

RIVIÉRI. Ángel. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento.** In: Desenvolvimento psicológico e educação. Trad Fátima Murad. 2ª ed . Porto Alegre: Artmed, 2004